

# Acreditar no Congresso

MAURO CHAVES



ESTADO DE SÃO PAULO 14 FEV 1981

A dramática crise de credibilidade que hoje vive o Brasil cada vez se mostra mais como matriz e retroalimentação de todas as demais crises. Pode-se dizer que a sucessão de pacotes governamentais fracassados, a arrogância dos lambuzados do poder, o infrutífero apelo ao "entendimento nacional", feito por um governo que continua acreditando na imposição de fórmulas mágicas para salvar o País, tudo isso e muito mais contribuem para a descrença generalizada da sociedade, em relação a qualquer coisa que se refira a poderes públicos e instituições do Estado.

Há, no entanto, uma instituição cujo desprestígio provoca especial desânimo na sociedade, levando-a a desacreditar de seus próprios valores. É o Congresso Nacional. Recente pesquisa realizada pelo **Estado e JT** revela que os próprios deputados federais e senadores têm plena consciência da péssima imagem do Legislativo, principalmente por dois de seus vícios: o fisiologismo e a falta de disposição para o trabalho.

Apesar desse reconhecimento, a grande maioria dos entrevistados se pronunciou contra a realização de sessões de votação às segundas-feiras e sextas-feiras, o que obrigaria os parlamentares a permanecer em seu local de trabalho, em Brasília, mais de três dias por semana.

A negligência ou o excesso de apego aos interesses eleitorais, que os afasta do local de trabalho, faz com que os representantes do povo permaneçam submissos ao Poder Central, abdicando de prerrogativas que não são conquistadas suas, mas de toda a sociedade. O governo Collor não teria produzido e enfiado goela adentro da Nação três centenas de medidas provisórias, em apenas dez meses, se o

Congresso tivesse estabelecido limites para esse arbitrio. Assim como se deixou legislar pela ditadura, por meio do "decurso de prazo", o Congresso se deixa legislar pelo Executivo, nestes tempos de Brasil Novo, pela ação das famigeradas MPs. Só mudou o instrumento da vassalagem.

Se foi vaca de presépio da ditadura e repudiou o desejo da sociedade expresso na maior mobilização cívica do País — a campanha pelas Diretas-já, em 84 —, o Congresso atingiu o auge do fisiologismo nos cambalachos para esticar o mandato de Sarney, durante a "Nova República". Portanto, a história recente do Congresso Nacional não é algo que se pode considerar dignificante e exemplo para as novas gerações. E, ao reprovar 62% de seus membros, deixando de reelegê-los, o eleitorado brasileiro bem mostrou sua opinião a respeito dos cidadãos que receberam a missão histórica de fazer uma nova Constituição.

Por tudo isso se conclui que está muito mais no Congresso, do que no governo, a origem da crise de credibilidade do Brasil. Se lá está, por lá deve iniciar-se a recuperação de crédito das instituições públicas brasileiras. E há motivos de esperanças num Congresso amplamente renovado, que tem consciência da própria imagem e já inicia um movimento interno de moralização, de reforma de costumes. Na verdade, um Congresso ativo e íntegro é o fórum bastante do "entendimento nacional", dispensando quaisquer outros, porque detém a mais legítima representatividade social do País. A própria idéia de esse entendimento ocorrer fora do Congresso é uma afronta à democracia representativa.

Sendo assim, a recuperação da credibilidade geral, independentemente de quaisquer planos ou pacotes governamentais, passa por um novo crédito de confiança, concedido pela sociedade ao Congresso. Certamente o último.

□ Mauro Chaves é editorialista do Estado